REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 3 Setembro – Dezembro 2020
Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos

ARTIGO

AQUISIÇÃO E DESCARTE DE BENS ARQUEOLÓGICOS: A EXPERIÊNCIA DE ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ACERVOS PARA O LASCA/UFSM

Bernardo Duque de Paula*, Alejandra Saladino**, André Luis Ramos Soares***

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os principais aspectos a serem considerados no que diz respeito à aquisição e descarte de bens arqueológicos, tendo como base a experiência de elaboração da Política de Acervos para o Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA/UFSM). Nesse sentido, o estabelecimento de diretrizes para a aquisição e descarte de bens arqueológicos apresenta alguns desafios devido às singularidades (e complexidades) desses acervos, quando comparados à outras tipologias que são aqui detalhadas.

Palavras-chave: aquisição; descarte; acervos arqueológicos.

* Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Departamento de História.

E-mail: bernardoddp@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0821-8616>.

** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Departamento de Estudos e Processos Museológicos. E-mail: alejandrasaladino@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6076-3347>.

*** Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Departamento de História.

E-mail: alrsoaressan@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5475-1016>.

ACQUISITION AND DEACCESSION OF ARCHAEOLOGICAL MATERIALS: THE EXPERIENCE OF PREPARING A COLLECTIONS POLICY FOR LASCA/UFSM

ABSTRACT

This article aims to reflect on the main aspects to be considered concerning the acquisition and deaccession of archaeological materials, based on the experience of preparing the Collections Policy for the Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA/UFSM). In this sense, the establishment of guidelines for the acquisition and deaccession of archaeological materials presents some challenges due to the singularities (and complexities) of these collections, in comparison to other types presented here.

Keywords: acquisition; deaccession; archaeological collections.

ADQUISICIÓN Y BAJA DE BIENES ARQUEOLÓGICOS: LA EXPERIENCIA DE ELABORAR UNA POLÍTICA DE COLECCIONES PARA LASCA/UFSM

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los principales aspectos a considerar relativos a la adquisición y baja de bienes arqueológicos, a partir de la experiencia de elaboración de la Política de colecciones del Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA/UFSM). En este sentido, el establecimiento de pautas para la adquisición y baja de bienes arqueológicos presenta algunos desafíos debido a las singularidades (y complejidades) de las colecciones, en comparación con otros tipos de acervos, los cuales son aquí detallados.

Palabras clave: adquisición; baja; colecciones arqueológicas.

INTRODUÇÃO

A problemática da gestão dos acervos arqueológicos está presente nas inquietações, nos estudos, na militância, nas pautas e nos debates entre as/os agentes envolvidas/os há décadas, ganhando maior impulso a partir do início do século XXI¹. Sobre o tema, o museólogo e arqueólogo Carlos Alberto Santos Costa elaborou um detalhado e crítico quadro (COSTA, 2017, 2019) e, por isso, nos eximimos de reproduzir essa tarefa. Todavia, para que nossos argumentos sejam devidamente apresentados e fundamentados, faz-se necessário destacar alguns aspectos da trajetória percorrida que nos levou ao estado da arte em que se encontram os materiais arqueológicos sob a gestão das instituições responsáveis pela sua guarda e pesquisa, assim como as/os agentes envolvidas/os (pessoas físicas e jurídicas) comprometidas/os com a geração e gestão dessas coleções. Cabe ressaltar que tais pontos se referem tanto ao lugar que ocupam esses atores, quanto ao contexto do campo do patrimônio cultural nas últimas décadas, conformado por pressões endógenas e exógenas.

Já é farta a literatura que sinaliza a existência de pressões exógenas, oriundas do campo político e econômico, que resultaram no aumento exponencial dos acervos arqueológicos e na mudança gradual de perspectivas, mentalidades e posicionamentos por parte dos agentes dedicadas/os à preservação e valorização do patrimônio arqueológico (SALADINO, 2014; LAIA, 2017; WICHES, 2018). Por isso, aqui nos limitamos a evidenciar o papel da maior articulação entre os atores envolvidos para o avanço dos debates e ações concretas para a gestão dos acervos arqueológicos, pois, diante do desafio da gestão de um passivo sobre o qual não havia informações precisas, tampouco protocolos mínimos para sua gestão, era ponto pacífico a necessidade de estabelecer um diálogo e construir, coletivamente, um plano de ação em prol das boas práticas sobre o patrimônio arqueológico, não obstante as rugosidades e tensões existentes entre os atores, derivadas mormente pelas especificidades e idiosincrasias de sua formação, atuação, atribuições e competências.

Assim sendo, destacamos as articulações decorrentes das trocas e debates entre agentes do campo acadêmico e do mundo dos museus, que resultaram na criação da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos, em 2008, e do Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em 2015. Ambos os coletivos atuam no sentido de estreitar as relações e as trocas entre as/os profissionais que enfrentam os desafios da gestão do patrimônio arqueológico, musealizado ou não, e de contribuir para o desenvolvimento de políticas de preservação do patrimônio arqueológico, concentradas entre as autarquias diretamente envolvidas, nomeadamente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (doravante nominado IPHAN) e o Instituto Brasileiro de Museus (doravante nominado IBRAM).

Nesse sentido, vêm sendo elaborados dispositivos normativos e realizados encontros e articulações que resultaram não apenas na identificação de linhas de atuação e propostas, mas na gradual mudança de mentalidade e posicionamento das/os agentes sobre a gestão dos acervos arqueológicos².

No entanto, apesar dos avanços das discussões acerca da gestão dos acervos arqueológicos, o cenário de muitas instituições de guarda e pesquisa se mostra ainda

¹ Em sua tese de doutorado, a arqueóloga Grasiela Tebaldi Toledo (2018) realiza um levantamento sobre a produção acadêmica acerca da temática da Musealização da Arqueologia (que, dentre outros assuntos, trata da gestão dos acervos), recentemente atualizado pela publicação de relação dos estudos realizados no âmbito do Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (SALADINO *et al.*, 2019).

² Esse panorama é exposto em detalhe em artigo presente neste dossiê.

bastante crítico. Sendo que, dentre as instituições já fiscalizadas³ pelo IPHAN, conforme consta no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP)⁴, cerca de 33% foram consideradas inaptas para receber novas coleções arqueológicas, devido aos problemas relacionados com a gestão dos seus acervos.

Tais coleções, por sua vez, apresentam diversas singularidades quando comparadas à outras tipologias. Segundo Mara Vasconcelos e Tainã Alcântara (2017, p. 155),

A gestão dos acervos arqueológicos, especificamente, diferencia-se da curadoria de outras tipologias de acervo basicamente em quatro aspectos: pela fragilidade devido à ruptura ambiental causada pelo trabalho de campo; pela diversidade material dos artefatos; pela presença de informações e documentos associados aos objetos; e [...] pelo fato de que se inicia no planejamento do projeto de pesquisa arqueológico, e não dentro das instituições de salvaguarda. Estas características tornam as coleções arqueológicas e sua consequente gestão um trabalho complexo.

Entretanto, para além das singularidades dos acervos arqueológicos destacadas por Vasconcelos e Alcântara (2017), pode-se acrescentar o fato de os bens arqueológicos serem considerados bens da União, de acordo com o Art. 20 da Constituição Federal de 1988. Sendo esse um importante fator que os diferencia de outras tipologias e geram impactos diretos no que diz respeito a sua gestão, conforme é apresentado mais à frente neste artigo.

Mas, independentemente da tipologia do acervo, os museus e outras instituições de guarda e pesquisa devem prezar pela realização de uma gestão eficaz dos mesmos, levando em conta, justamente, as suas singularidades. Sendo assim, uma das ferramentas consideradas fundamentais para uma gestão de acervos eficaz⁵ é a elaboração de uma Política de Acervos ou Política de Gestão de Acervos para a instituição, entendida como:

[...] um documento extremamente fundamental, que assegura o que a administração de cada museu elege e formata. Trata-se de uma política registrada, que estabelece os parâmetros de aquisição, preservação, uso e descarte do acervo. Esse documento objetiva identificar e selecionar o tipo de acervo que vai ser adquirido e descartado pelo museu, tendo em vista a missão e os objetivos da instituição, a necessidade de investigação do acervo e os caminhos que devem ser tomados para a sua preservação (PADILHA, 2014, p. 26).

Ladkin (2004, p. 18) destaca ainda que:

Para que a gestão de coleções tenha sucesso, as decisões sobre o acervo do museu devem ser sempre tomadas de modo consistente e após consideração cuidadosa. Uma tomada de decisão eficaz fundamenta-se numa política eficaz. Por essa razão, o documento mais importante do acervo do museu é a Política de Gestão do Acervo.

Com base na experiência de elaboração da Política de Acervos para o Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA-UFSM), o presente artigo busca apresentar as diretrizes e desafios quanto à aquisição e ao descarte de bens

³ De acordo com informações no *site* do IPHAN, as instituições cadastradas serão fiscalizadas periodicamente e consideradas aptas ou inaptas a receber a guarda de bens arqueológicos. Esta análise será baseada na fiscalização e no estabelecido nas recomendações para a conservação de bens arqueológicos móveis (Anexo I da Portaria IPHAN 196/2016).

⁴ Este dado é referente a tabela atualizada em abril de 2019. Com as atualizações das instituições, a tabela está em constante mudança.

⁵ Segundo Padilha (2014, p. 23), “é necessário realizar a documentação, a conservação e a pesquisa adequada do acervo. Assim, estabelece-se um controle integral do acervo museológico, bem como se contribui para o incentivo à produção e à difusão de conhecimento.”

arqueológicos, levando em conta as formas possíveis identificadas para cada uma dessas etapas.

DIRETRIZES E DESAFIOS QUANTO À AQUISIÇÃO DE BENS ARQUEOLÓGICOS

No que diz respeito à aquisição de bens arqueológicos, foram identificadas, ao longo da elaboração de uma Política de Acervos para o LASCA, quatro formas possíveis, através de:

- 1) Endossos institucionais para projetos vinculados a Arqueologia Preventiva;
- 2) Endossos institucionais para projetos de Arqueologia Acadêmica;
- 3) Doações;
- 4) Transferência de outras instituições.

Os maiores desafios identificados no que diz respeito à aquisição de coleções arqueológicas estão relacionados com o fornecimento de **endossos institucionais⁶ para projetos vinculados à Arqueologia Preventiva**, que aumentaram de forma exponencial nas últimas décadas (WICHES, 2011), gerando uma acúmulo desmedido de coleções arqueológicas. Bruno (2016, p. 152-154) destaca que:

Apesar de esse instrumento [endosso institucional] refletir uma adequada preocupação com o futuro dos vestígios arqueológicos, a sua aplicação em diferentes regiões do Brasil tem evidenciado descaminhos que não têm favorecido a preservação patrimonial e tem causado problemas consideráveis para a Musealização da Arqueologia. [...] a aplicação do instrumento legal do endosso institucional tem evidenciado outros aspectos pouco edificantes, tais como: o acúmulo desmedido de acervos arqueológicos em instituições causando constrangimentos à implementação de processos curatoriais; a ausência de critérios para documentação, organização e salvaguarda desses vestígios; a criação de instituições culturais em função dos endossos e com restrições para a realização da necessária cadeia operatória museológica; a frágil e dispersa produção científica em função da diáspora dos acervos.

A ausência de critérios para documentação, organização e salvaguarda destacada por Bruno (2016) pode ser percebida na prática das instituições de guarda e pesquisa com a falta de padronização de números de identificação do material, acondicionamento inadequado e inexistência de documentação complementar sobre as coleções (relatórios, diários de campo, fotografias, desenhos, entre outros).

Carlos Costa (2017, p. 225) destaca, no caso de fornecimento de endossos institucionais, que os museus e demais instituições de guarda e pesquisa

[...] participam legalmente dos processos de geração dos acervos de forma passiva, apenas no momento de emitir uma “declaração de endosso institucional”, majoritariamente solicitada pelos arqueólogos ou pelas empresas de arqueologia por contrato (COSTA & COMERLATO, 2014, p. 115-131). A contrariedade à participação pontual e passiva nos processos (com a simples emissão de um documento) é que os museus e as demais instituições de guarda e pesquisa são as organizações formais responsáveis pela gestão permanente dos bens da União, que ficam com o bônus e com o ônus da guarda, manutenção e extroversão desses materiais (COSTA, 2007b). Em outras palavras, serão elas a aplicar sobre esses bens

⁶ Fornecidos através da Declaração de Endosso Institucional, estabelecida pela Portaria SPHAN 007/1988.

a cadeia operatória da museologia, a musealização, processo constituído por ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação.

Tendo em vista a passividade das instituições de guarda e pesquisa relatada por Costa (2017) e os problemas relacionados especialmente à conservação e documentação⁷ dos acervos arqueológicos gerados em projetos de Arqueologia Preventiva, fica clara a necessidade, por parte das instituições de guarda e pesquisa, de estabelecerem diretrizes para o fornecimento de endossos institucionais.

Tais diretrizes devem constar na Política de Acervos da instituição⁸ e objetivam garantir que o material gerado em campo, cuja curadoria é realizada pelo arqueólogo coordenador do projeto e sua equipe, esteja em acordo com as normas da instituição que irá recebê-lo, já que não há participação direta dos profissionais da mesma na etapa de campo.

Durante o processo de elaboração de diretrizes para aquisição de bens arqueológicos para o LASCA, um dos pontos fundamentais a serem considerados, no que diz respeito ao fornecimento de endosso institucional para projetos vinculados à Arqueologia Preventiva, é o estabelecimento de um contrato entre a instituição de guarda e pesquisa ou representante⁹ e o requerente (empresa responsável pelo empreendimento, ou pelo projeto arqueológico).

No contrato, por sua vez, devem ser estabelecidos: os valores da contrapartida financeira estabelecida pela instituição (caso ela seja cobrada); os prazos e forma como o pagamento será realizado; orientações referentes à documentação do acervo, que deve estar de acordo com o sistema de documentação da instituição¹⁰, com destaque para a adequação ao sistema de marcação das peças; orientações referentes à conservação do acervo, em especial, às normas de acondicionamento, que devem ser elaboradas pela instituição em consonância com os pressupostos da Portaria IPHAN 196 de 2016; e o compromisso com a entrega da documentação gerada no projeto (relatórios, diários de campo, fotografias, plantas, ficha de cadastro de bem arqueológico móvel, croquis, entre outros). No caso do LASCA, por exemplo, é enviado um documento em anexo ao contrato no qual está descrito o passo a passo com as normas de documentação e acondicionamento adotadas no Laboratório.

Outro ponto que merece destaque refere-se à emissão da Declaração de Endosso Institucional (Portaria SPHAN 007/1988), que deve ser assinada e enviada ao requerente somente após a assinatura do contrato por ambas as partes. Já no momento do recebimento do acervo, a assinatura do Termo de Recebimento de bens arqueológicos móveis também deve ser realizada somente após a checagem do material e da sua documentação por parte da equipe da instituição responsável pela guarda.

Tais precauções, a serem tomadas quanto à elaboração de contrato, envio da Declaração de Endosso Institucional e preenchimento do Termo de Recebimento de coleções arqueológicas, são consideradas necessárias para garantir o cumprimento das normas institucionais quanto à documentação e conservação dos bens arqueológicos, gerando ainda um respaldo legal à instituição.

⁷ E, consequentemente, para pesquisa e comunicação dos acervos provenientes desses projetos.

⁸ Podem constar ainda, de forma mais detalhada, em um protocolo específico para o ingresso de acervos arqueológicos, a exemplo do proposto por Sallés *et al.* (2017), que “objetivam normatizar a entrada de coleções arqueológicas nas instituições e são um instrumento de gestão direcionados à preservação do patrimônio arqueológico.” (SALLÉS *et al.*, 2017, p. 9).

⁹ No caso do LASCA, é representado pela Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciências (FATEC/UFSM), responsável pela gestão dos recursos financeiros captados, em conjunto com o LASCA.

¹⁰ No caso do LASCA segue o modelo estabelecido por Ballardo (2013) para o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA), no qual as peças são numeradas seguindo o modelo de uma unidade tripartida.

Já no que diz respeito ao fornecimento de endosso institucional para projetos de arqueologia acadêmica que, no caso do LASCA, dispensa contrapartida financeira e estabelecimento de contrato, os desafios e diretrizes são outros.

Considera-se fundamental que a instituição de guarda e pesquisa avalie a pertinência da pesquisa, que deve estar de acordo com a missão e objetivos do laboratório, e defina, junto ao arqueólogo coordenador da pesquisa e sua equipe, os procedimentos a serem realizados quanto à coleta, triagem¹¹, curadoria e acondicionamento do material arqueológico, assim como a equipe que irá participar das etapas de campo e laboratório, destacando a necessidade da presença de um conservador ou museólogo em campo.

Logo, Vasconcelos (2014, p. 66-67) destaca que:

No que se refere aos procedimentos de campo, devem ser previamente discutidas e decididas questões relativas às técnicas de escavação, métodos e materiais para embalagem e transporte dos objetos recuperados, documentação, recursos materiais e humanos necessários à realização dos procedimentos de conservação in situ e em laboratório. [Sendo que] Após o planejamento, as intervenções de conservação devem iniciar já no trabalho de campo. Antes de qualquer procedimento, entretanto, é necessário pensar na documentação dos processos de conservação em campo. Uma vez que os tratamentos serão continuados em laboratório, toda informação a respeito dos mesmos deve ser produzida e registrada, para que se possa ter acesso a dados como o contexto em que o objeto foi encontrado, o estado de conservação, o método de resgate utilizado, os produtos aplicados na consolidação, etc.

Certamente, no caso do desenvolvimento de projetos de pesquisa acadêmica, a instituição de guarda e pesquisa tem maiores condições de participar de forma ativa do processo, sendo indispensável o diálogo entre a equipe responsável pela gestão do acervo com o arqueólogo coordenador na determinação de procedimentos que englobam desde a etapa de planejamento da escavação até o término da sua curadoria e acondicionamento. Segundo Ana Paula Leal (2014, p. 95-96)

Pode-se dizer que os grandes problemas referentes à preservação, mais precisamente a documentação do patrimônio arqueológico, tem como raiz a falta de fiscalização e a falta de diálogo entre áreas (sobretudo entre Arqueologia, Museologia, Conservação), podendo resultar em coleções abundantes sem critérios de documentação e conservação. Esse tipo de herança recebida por tais instituições faz com que se dificultem os meios de efetuar a musealização desses materiais.

Os campos da Arqueologia, da Museologia e da Conservação devem, portanto, trabalhar em conjunto desde o planejamento da escavação para que ocorra, de fato, a preservação e comunicação dos materiais coletados.

Quanto às doações, no caso do LASCA, comumente realizadas por pessoas físicas que encontram algum material potencialmente arqueológico em suas propriedades, devem ser avaliadas: a necessidade de realização de procedimentos de conservação curativa ou restauração dos artefatos, assim como as condições da instituição para a realização destes procedimentos; a necessidade de checagem da procedência dos itens oferecidos para doação pela equipe da instituição; e a possibilidade de visita ao local onde foi realizada a coleta, para fins de registro do sítio arqueológico (caso seja encontrado algum).

Segundo o Código de Ética do International Council of Museums - ICOM (2009, p. 14-15), “[...] todos os esforços devem ser feitos para assegurar que o exemplar não tenha

¹¹ Sendo necessário o estabelecimento de critérios claros de triagem no projeto, além de identificar e documentar a eventual mudança dos critérios de triagem (em campo e na instituição).

sido adquirido ilegalmente em seu país de origem ou dele exportado ilicitamente [...]”. A instituição deve estar atenta ainda para que não sejam adquiridos objetos “[...] quando existam indícios de que a sua obtenção envolveu dano ou destruição não autorizada, não científica ou intencional de monumentos, sítios arqueológicos, geológicos, espécimes ou ambientes naturais.”

Cabe destacar ainda que a doação deve ser concretizada através de um Termo de Doação, assinado por ambas as partes envolvidas, constando as condições estabelecidas para a doação, a descrição do bem arqueológico, o local da coleta e a identificação do doador (nome completo, dados para contato, RG/CPF, endereço).

A **transferência de outras instituições** pode ocorrer quando a guarda de determinado bem ou coleção arqueológica passa, de forma definitiva¹², de uma instituição para outra por motivações diversas, por exemplo: o fechamento da instituição, a falta de condições da mesma para garantir as condições necessárias para preservação e segurança do acervo, e devido a pedidos de retorno de materiais coletados no Rio Grande do Sul, mas que encontram-se sob a guarda de instituições em outras unidades federativas.

Desta forma, a Instrução Normativa (IN) IPHAN 001/2015 destaca que:

Art. 52. Os bens arqueológicos oriundos dos Projetos ou Programas previstos na presente Instrução Normativa deverão permanecer sob a guarda definitiva de Instituição de Guarda e Pesquisa localizada na unidade federativa onde a pesquisa foi realizada. § 1º Na ausência de instituição que atenda ao estabelecido no caput, caberá ao CNA, mediante requerimento, aprovar a proposta de destinação de guarda e pesquisa apresentada pelo interessado.

Nos casos de transferência de guarda, a instituição deve considerar: a necessidade de adequação dos números de identificação das peças; a forma como o material está acondicionado; o estado de conservação geral das peças; a necessidade de realização de procedimentos de conservação curativa ou restauração dos bens, assim como as condições da instituição para a realização destes procedimentos; os possíveis danos no transporte do material e as normas para a realização dos mesmos (Portaria IPHAN 195/2016); os custos gerados pelo processo; e a localidade onde os materiais foram coletados.

Por fim, concluindo os aspectos considerados fundamentais no que diz respeito à aquisição de bens arqueológicos, independentemente da forma como é realizada, é indispensável que a instituição considere a capacidade de armazenamento da Reserva Técnica, assim como as condições oferecidas pelo Laboratório para a segurança, preservação, pesquisa e comunicação dos bens arqueológicos que venham a ser adquiridos, ou seja, para que a musealização dos bens arqueológicos adquiridos se concretize.

A necessidade da concretização do processo de musealização vai ao encontro do determinado pela Portaria IPHAN 196 de 2016, levando em conta que “[...] as Instituições de Guarda e Pesquisa devem ser capazes de conservar proteger, estudar e promover a extroversão dos bens arqueológicos, atendendo o trinômio pesquisa, conservação e socialização”.

Portanto, a musealização se mostra fundamental para que tais instituições consigam ampliar seu alcance e impacto social, atingindo diferentes segmentos da sociedade, através da realização de exposições e ações educativas. Não se limitando, portanto, à

¹² Estão excluídos, portanto, empréstimos, comodatos e cedências temporárias de coleções arqueológicas, seja para a realização de pesquisa, exposição ou outra forma.

realização da pesquisa científica, em especial, em laboratórios, núcleos e centros de pesquisa universitários.

DIRETRIZES E DESAFIOS QUANTO AO DESCARTE DE BENS ARQUEOLÓGICOS

No que diz respeito ao descarte de materiais arqueológicos, é preciso fazer algumas considerações, tal como uma reflexão acerca das diferenças entre descarte e triagem, ambos os termos presentes no vocabulário da gestão dos acervos arqueológicos.

Deve-se observar que os processos de triagem e/ou descarte, no caso da arqueologia acadêmica, iniciam no próprio espaço de delimitação da intervenção. Assim, em sítios considerados pré-coloniais, a presença de material contemporâneo ao tempo atual ou extemporâneo ao sítio a ser escavado, já é por si só desconsiderado em uma triagem inicial. Dessa forma, embora não seja o objetivo deste artigo discutir os limites do sítio arqueológico, muitas vezes os objetos extemporâneos presentes no local não são sequer considerados na intervenção. Um exemplo clássico é a presença de plásticos ou outros resíduos do século XX em sítios pré-coloniais.

Segundo o *Dicionário Online de Português*¹³, descarte é um substantivo masculino utilizado para designar a ação de descartar, ou seja, de deixar de lado o que não tem utilidade ou o que não é mais desejado. Infiltram-se então algumas questões, diretamente relacionadas à perspectiva e aos interesses do sujeito, que precisam ser enfrentadas tanto no desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, quanto na gestão dos materiais: “Quem define que o material arqueológico seja inútil e/ou não desejado?” “Quais os critérios para identificar materiais inservíveis e/ou não cobiçados?”.

Estas não são perguntas retóricas e as respostas possíveis não são pétreas, apesar de orientadas de acordo com alguns parâmetros mais ou menos claros. Sendo assim, é necessário apontar que, a priori, a arqueologia se faz a partir da coleção de objetos ou intervenções humanas na paisagem, e com isso estamos falando do estabelecimento de *critérios* que a coordenação de campo adota, embora nem sempre sejam explicitados. As abordagens de escavação, seleção e critérios nem sempre são compartilhadas pelos agentes em arqueologia.

Ainda de acordo com a mesma referência, o *Dicionário Online de Português*, triagem é um substantivo feminino utilizado para designar o ato de separar, de selecionar. Esses são processos realizados por meio da definição de alguns parâmetros, mas, a princípio, não resulta em dispensar, em abdicar de algo não desejado ou desnecessário.

O ato de descartar bens culturais é controverso, tanto para a Museologia quanto para a Arqueologia. Os museus têm algumas diretrizes para enfrentar a questão e delinear suas políticas de acervo no Código de Ética do ICOM.

Em nosso entendimento, o tema é agudamente mais problemático no âmbito da Arqueologia por alguns pontos. Primeiro, pois é preciso enfrentá-lo e definir uma *praxis* em duas situações específicas: ainda em campo, no processo de coleta dos materiais, e também na instituição de guarda e pesquisa, quando os materiais já estão imersos na cadeia operatória da Museologia, transformados em objetos de ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação. Segundo, pela condição dos materiais que, de acordo com os dispositivos legais, são bens da União. Terceiro, pelo alto valor simbólico de alguns dos materiais, como remanescentes humanos e objetos rituais, o que exige uma postura ética sobre a decisão de descartá-los e/ou triá-los.

Quanto ao entendimento de descarte adotado durante a elaboração da Política de Acervos para o LASCA, esse se baseia, especialmente, em referências e documentos do

¹³ Disponível em <https://www.dicio.com.br/descarte/>.

campo da Museologia¹⁴, nos quais o significado está atrelado à desincorporação, à remoção de determinado item ou coleção do acervo da instituição. Conforme destacado por Ana Paula Leal (2014, p. 71),

Diferentemente do que muitos pensam, o descarte não significa pura e simplesmente colocar o objeto na lixeira, mas sim desincorporá-lo do livro de inventário, de forma que ele não seja mais um bem patrimonializado/musealizado. Alguns exemplos de descarte: doar o material para outra instituição, usá-lo para o manuseio de crianças, usá-lo como material didático em aulas e afins.

Segundo o Código de Ética para museus do ICOM, o descarte pode ocorrer através de: “doação, transferência, troca, venda, repatriação, ou destruição que permita a transferência de propriedade sem restrições para a entidade beneficiária.” (ICOM, 2009, p. 17). Posto isso, a aplicabilidade dessas formas de descarte elencadas (e outras possíveis não citadas neste documento) varia de acordo com a tipologia da instituição e do seu acervo. A compra e venda de obras de arte, por exemplo, não é uma prática incomum em museus de arte no exterior, como já ocorrido em diversos museus norte americanos, mas não é aplicável aos acervos arqueológicos que no Brasil são considerados bens da União, sendo vedada a sua comercialização.

Dentre as formas possíveis de descarte consideradas aplicáveis a realidade do LASCA estão:

- Transferência para outras instituições;
- Restituição a determinado povo ou comunidade;
- Transformação em material didático;
- Realização de análises e/ou testes destrutivos com fins científicos;
- Destruição.

Tais formas apresentam desafios e diretrizes específicas, que serão melhor detalhadas na sequência deste artigo. Mas, antes, cabe esclarecer que devido ao entendimento de descarte como processo de desincorporação de bens arqueológicos de um determinado acervo, foram excluídas desta análise possibilidades de descarte atreladas ao processo de triagem dos materiais arqueológicos¹⁵.

O foco do descarte refere-se, portanto, aos materiais já inventariados e armazenados na reserva técnica arqueológica, que atualmente passa por um processo de reestruturação, visando a preservação do acervo arqueológico, além da sua pesquisa e comunicação.

No que diz respeito à **transferência para outras instituições**, a instituição deve avaliar os mesmos aspectos destacados quanto à aquisição por meio de transferência, já mencionados neste trabalho, levando em conta ainda as condições oferecidas pela

¹⁴ Dentre os quais destacam-se: o Código de Ética para museus do International Council of Museums - ICOM (2009); a Política de Aquisição e Descarte do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST (2011); a Política de Acervos: aquisição, descarte e circulação do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG (2014); e a Política de Aquisição e Descarte de Acervos do Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC (2015).

¹⁵ Conforme destacado nas diretrizes referentes à aquisição por meio de endossos institucionais para projetos de Arqueologia acadêmica, cabe à instituição e ao arqueólogo coordenador da pesquisa a prévia definição dos critérios adotados quanto à triagem do material a ser coletado, em consonância com as normas de conservação e documentação da instituição e com a legislação vigente. Tais critérios podem variar de acordo com as características do sítio arqueológico, a metodologia utilizada na escavação, entre outros fatores. Por exemplo: os critérios de triagem adotados para um sítio pré-colonial, no qual os artefatos são manufaturados, podem ser diferentes dos utilizados em sítios históricos que já contam com objetos industrializados.

instituição de guarda e pesquisa que irá receber o material para a sua preservação, segurança, pesquisa e comunicação.

Contudo, cabe aqui fazer uma diferenciação acerca do descarte por **transferência para outras instituições** e através da **restituição a determinado povo ou comunidade**. No primeiro caso, ainda que motivada por algum pedido de retorno ao estado ou localidade de origem, os bens arqueológicos são transferidos em caráter definitivo, obrigatoriamente, para outro museu ou instituição de guarda e pesquisa, mantendo o *status* de bens musealizados e devendo ser preservados, pesquisados e comunicados.

No Brasil, não é incomum a realização de transferências de bens arqueológicos a partir dos pedidos de retorno pelas instituições de guarda e pesquisa do estado ou localidade de origem dos mesmos. Inclusive, antes da publicação da Instrução Normativa (IN) IPHAN N°001/2015, diversas coleções arqueológicas geradas em projetos vinculados a Arqueologia Preventiva foram enviadas a outras instituições de guarda e pesquisa, muitas vezes localizadas não somente em outro estado, como em outra região do país¹⁶.

Já o descarte por meio da **restituição a determinado povo ou comunidade** apresenta uma importante singularidade quando comparada à transferência em caráter definitivo para outras instituições. Nesses casos, o material pode perder o *status* de bem arqueológico musealizado.

A título de ilustração, lembramos da reclamação do povo Munduruku pela restituição de doze urnas funerárias retiradas de seu local sagrado no âmbito do projeto de construção das barragens das hidrelétricas de São Manoel e Teles Pires. Finalmente, nove anos após a coleta desses objetos sensíveis, o povo indígena, numa orquestração da Associação das Mulheres Munduruku e dos pajés, resgatou seu patrimônio, guardado no Museu de História Natural, da cidade de Alta Floresta (MT).

Embora esse seja considerado o primeiro caso de resgate de acervo arqueológico por parte de segmentos da sociais, consideramos que esta será uma tendência daqui para frente e por isso as diretrizes e os critérios das políticas de acervos necessitam de uma dimensão ética. A decolonização de discursos e práticas em torno do patrimônio cultural é tema candente que faz parte dos debates sobre a função das instituições e das/os profissionais.

Em casos de pedidos de restituição, devido à sensibilidade do tema, considera-se fundamental que a instituição de guarda e pesquisa contate o IPHAN no início do processo, visando buscar a melhor solução e avaliar se o material deve, de fato, ser restituído, sendo assim, descartado do acervo.

Em prol das boas práticas curatoriais dos acervos arqueológicos, condição mínima para a sua socialização, torna-se necessário aprofundar o debate sobre a decolonização de práticas comumente adotadas em museus e instituições de guarda e pesquisa, fundadas nos valores e na lógica do campo técnico-científico.

Ainda, considerando os aspectos religiosos de alguns sítios arqueológicos, talvez seja o momento de refletir sobre a necessidade de escavação destes sítios arqueológicos, salvo iminente destruição ou alienação.

Nesse sentido, reflexões e posicionamentos já são realidade, ainda que pontuais, e são concretizados em ações de gestão e curadoria compartilhada e restituição de bens culturais. A título de ilustração, destacamos os projetos de curadoria compartilhada realizados pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (CURY, 2017). O que

¹⁶ Em alguns estados não havia, inclusive, instituições com interesse em receber o material coletado, fazendo com que o mesmo fosse encaminhado para outras unidades federativas ou regiões, já que não havia nenhuma restrição legal anterior à 2015. No entanto, o potencial da pesquisa e a relevância social podem se reduzir drasticamente quando o material é levado para regiões distantes do local onde foi coletado.

sublinhamos é a necessidade de refletir sobre alguns aspectos e, a partir dessas considerações, desenvolver uma gestão dos acervos arqueológicos em outro patamar.

Uma vez que essa questão extrapola os objetivos deste artigo e exige maior detalhe, nos limitamos a indicar apenas dois pontos. O primeiro se refere a uma das linhas do pensamento abissal identificadas pelo cientista social Boaventura de Sousa Santos (2007), designadamente, o monopólio da verdade atribuído à ciência moderna. É preciso assumir, na gestão das coleções arqueológicas, uma postura diante da redução dos materiais arqueológicos ao estatuto de objeto de estudo de uma disciplina científica e de representação/espelho da alteridade, independentemente de serem ou não associados à categoria de “objetos sensíveis” (remanescentes humanos e/ou objetos rituais).

Refletir sobre esse aspecto é fundamental para enfrentar, desde uma perspectiva dessencializada e decolonial, o segundo ponto que aqui destacamos, designadamente, algumas questões relacionadas tanto ao fazer científico quanto ao campo do patrimônio cultural.

No que diz respeito à **transformação de itens do acervo em material didático**, Leal (2014) já coloca como uma possibilidade de descarte. Acredita-se que esta seria uma forma de descarte pertinente somente em relação a determinados artefatos, em especial, aos que não possuem números de identificação e informações sobre o seu contexto arqueológico e que não se encontram em um estado de deterioração muito avançado, o que possa poderia inviabilizar seu uso em ações educativas.

Posto isso, em muitos casos, quando não existem informações sobre o contexto arqueológico de determinado artefato ou coleção, impossibilitando a identificação do sítio arqueológico de origem, o potencial para a pesquisa arqueológica torna-se praticamente nulo, embora haja exceções.

As análises físico-químicas¹⁷, como será citado em seguida, apesar do caráter destrutivo, podem fornecer dados e informações válidos, mesmo em peças isoladas ou sem procedência. Cabe destacar ainda que os materiais que não possuem contexto arqueológico podem ser estudados sob a ótica de outras áreas do conhecimento, como da memória social, biologia, sociologia, entre outras.

No entanto, para além do potencial para pesquisa, deve-se avaliar também o potencial expográfico dos bens arqueológicos, antes da tomada de decisão sobre o descarte através da transformação em material didático, já que alguns artefatos são de fácil fruição por parte do visitante e possuem forte apelo expográfico, como pontas de projétil, vasilhas cerâmicas inteiras ou reconstituídas, entre muitos outros. Mais um critério que pode ser levado em conta nessa forma de descarte refere-se ao quantitativo dos itens a serem descartados, associado ao potencial informacional dos mesmos.

A criação de coleções didáticas não é uma prática incomum nos museus de arqueologia e está prevista, inclusive, na Portaria IPHAN 196/2016: “no caso da destinação definitiva de acervo para formar coleções educativas, a instituição deverá registrar na sua documentação”. Portanto, caso não haja protocolos para o descarte, pode ser realizado sem o registro do processo, causando problemas quanto à documentação do material.

No próprio LASCA, foram elaboradas caixas com réplicas de materiais arqueológicos para serem emprestadas a professores de escolas públicas e particulares de Santa Maria e regiões vizinhas. Caso a instituição opte pela realização do descarte, com

¹⁷ As análises físico-químicas citadas, todas destrutivas, podem indicar procedência geológica do local de origem, composição das pastas utilizadas, presença de gorduras e ácidos graxos que compunham os alimentos, entre várias outras abordagens.

prévia autorização do IPHAN, poderão ser utilizados artefatos originais nestas caixas, por exemplo.

A quarta forma possível de descarte identificada compreende uma série de **análises e testes destrutivos com fins científicos**, prática comum no campo da Arqueologia. As análises macroscópicas ainda são utilizadas, mas tem dado lugar a análises químicas, físicas, geológicas, entre outras, que em diversas vezes implicam na destruição parcial ou total da amostra. Como exemplo, pode-se citar a Difração por Raios X (XRD), Microscopia eletrônica de varredura, a Espectrometria de Fluorescência de Raio X, Lâminas delgadas, espectroscopia Raman (RS), além de microanálises por dispersão de Raio X (CEREZER, 2011; CEREZER, 2017; CARBONERA, 2015) o que inclui assinaturas químicas de terras raras (BONA *et al.*, 2007). Por serem destrutivas, em parte ou no todo, é necessária a baixa do acervo, aqui denominado “descarte”. Talvez o processo destrutivo mais conhecido em arqueologia seja a datação radiocarbônica, em que amostras de ossos ou carvões são destruídos para fornecer dados cronológicos.

Após a apresentação dos desafios e diretrizes referentes às formas de descarte para além da **destruição** do acervo, cabe destacar que esta figura como a última possibilidade, aplicável especialmente em casos nos quais determinado item ou coleção atinge um estado de deterioração em que se torna impossível a reversão, não apresentando mais condições para a pesquisa e comunicação.

Tal situação pode ocorrer, por exemplo, em relação aos materiais mais sensíveis ao clima, como os metais (Figura 1), em especial, quando exposto a uma UR do ar alta¹⁸.

Figura 1 – Objetos metálicos que sofreram com o processo de oxidação e corrosão. Fotografias tiradas durante o trabalho de acondicionamento do acervo arqueológico do LASCA. À direita, detalhe dos fragmentos de objetos não identificados (circulados em vermelho à esquerda). Fonte: Acervo LASCA (2019).

Tais fragmentos de objetos não identificados são um exemplo de como a alta UR do ar pode acelerar o processo de oxidação e corrosão dos metais. Quanto ao material não identificado¹⁹ (à direita da Figura 1), considerou-se que, devido ao estado de deterioração

¹⁸ Segundo Campos e Granato (2015, p. 281), “apesar da aparência de grande resistência, os objetos arqueológicos metálicos são frágeis, por terem permanecido enterrados por um longo período de tempo, o que acarreta algumas transformações químicas, muitas vezes substanciais, em suas superfícies metálicas, através do processo denominado de corrosão. A tendência do metal é retornar ao seu estado original, mineralizado, condição termodinamicamente mais estável, resultando muitas vezes na alteração da morfologia dos objetos e, em seguida, a total mineralização.”

¹⁹ As demais peças retiradas do saco plástico que constam na Figura 1, foram devidamente acondicionadas em agrupamento menores, seguindo as normas de acondicionamento do Laboratório.

avanzado e as características do mesmo, não existe mais possibilidade para a pesquisa ou comunicação, restando somente a sua destruição.

No entanto, mesmo nos casos em que objeto apresenta um estado de deterioração muito avanzado, é preciso considerar se tais objetos ainda podem ser utilizados em laboratórios de conservação/restauração para a realização de testes destrutivos.

Para além das considerações específicas no que diz respeito a cada forma de descarte identificada, cabe destacar algumas diretrizes gerais quanto ao descarte de bens arqueológicos. São elas:

- Em nenhuma hipótese, bens arqueológicos deverão ser descartados em lixeiras comuns ou terrenos baldios;
- A instituição deverá se precaver para não causar nenhum tipo de ofensa a determinada sociedade, povo ou nação, ao encaminhar determinados bens arqueológicos para o descarte;
- Os critérios e as formas referentes ao descarte de bens arqueológicos considerados sensíveis, como remanescentes humanos e objetos com carga simbólica, poderão ser diferentes dos aqui levantados, considerando as demandas da comunidade solicitante;
- As propostas para o descarte de bens arqueológicos deverão ser feitas caso a caso e encaminhadas para aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- Os números de identificação dos itens descartados não deverão, em nenhuma hipótese, ser atribuídos a outros bens arqueológicos que venham a ser incorporados ao acervo da instituição;
- Sempre que necessário, a instituição poderá consultar um especialista externo;
- Deverá ser preservado todo o conjunto documental dos bens arqueológicos encaminhados para descarte;
- Deverá ser realizado o registro de todo o processo de descarte, sendo a instituição a responsável pela preservação desse registro;
- O registro deverá ser anexado²⁰ junto ao restante da documentação do projeto e/ou sítio arqueológico no qual o material arqueológico foi coletado;
- A decisão sobre o descarte deverá ser tomada por comissão composta por profissionais das áreas da Arqueologia, Museologia e/ou Conservação, sendo obrigatória a participação do coordenador da instituição e do profissional responsável pela gestão do acervo arqueológico.

Por fim, cabe destacar que o IPHAN pode estabelecer diretrizes e procedimentos específicos para o descarte de bens arqueológicos móveis, diferentes dos previstos neste artigo, que deverão ser avaliados pela equipe da instituição levando em conta as condições para a realização de dos mesmos.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou apresentar os principais aspectos a serem considerados no que diz respeito à aquisição e ao descarte de bens arqueológicos no LASCA - UFSM. O primeiro ponto a ser destacado é o uso e exemplificação dos termos aquisição, triagem e

²⁰ Desta forma, será justificada a discrepância gerada com o descarte entre a quantidade de material que consta nos relatórios do projeto, catálogos, etc. e os objetos que estarão efetivamente disponíveis para pesquisa, evitando problemas para o pesquisador que tenha interesse em analisar o material. Caso a instituição possua um inventário do acervo, o descarte também deverá ser registrado no mesmo, como forma de “baixa” dos materiais descartados.

descarte de material. Tendo a aquisição dos acervos por doação e escavação arqueológica, salienta-se que a triagem, como seleção de materiais a serem musealizados, ocorre desde a origem das atividades de campo, quando da coleta dos artefatos. Ao mesmo tempo, o descarte, longe de ser “colocar fora” algum objeto já inventariado, refere-se a diversas possibilidades de baixa no inventário do acervo.

Espera-se ter contribuído para as discussões acerca da aquisição e descarte de bens arqueológicos, sendo que ainda há muito o que avançar nesse sentido, em especial no que diz respeito ao descarte de bens arqueológicos, o que não possui uma diretriz legal e, conforme já destacado, se apresenta como um tabu em muitos museus e outras instituições de guarda e pesquisa.

Levando em conta o cenário crítico apresentado por algumas destas instituições, que possuem reservas técnicas saturadas e coleções mal conservadas e documentadas, a Política de Acervos se mostra como uma ferramenta importante para a reversão desse quadro, a fim de proporcionar uma gestão de acervos eficaz, promovendo a sua preservação e potencializando o seu uso tanto para a pesquisa quanto para a comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLARDO, Luciana M.. *Documentação Museológica: A Elaboração de um Sistema Documental para Acervos Arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFMS*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013 Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/11012>. Acesso em 25 de agosto 2020.
- BONA, Irene Akemy Tomiyoshi; SARKIS, Jorge Eduardo Souza; SALVADOR, Vera Lucia Ribeiro; SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sergio Célio. Análise arqueométrica de cerâmica Tupiguarani da região central do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, usando fluorescência de raios X por dispersão de energia (EDXRF). *Química Nova*, vol.30, no.4. São Paulo, July/Aug. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422007000400006&lang=en. Acesso em 18 de agosto 2020.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Coleções e sítios arqueológicos musealizados: desafios para a gestão e socialização do patrimônio. In.: MENDONÇA, Elizabete de Castro (org.). *Museologia, Musealização e Coleções: conexões para reflexão sobre o patrimônio*. Rio de Janeiro, 2016. p. 149-155.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museus de Arqueologia no Brasil: uma estratigrafia de abandonos e de desafios. In.: BRAGA, Eneida; COSTA, Ana Lourdes de Aguiar (orgs.) *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Brasília: IBRAM, 2018. p.112-122. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/anais-200-anos-de-museus-no-brasil-desafios-e-perspectivas/>. Acesso em 25 de agosto 2020.
- CAMPOS, Guadalupe; GRANATO, Marcus. A Preservação de Coleções Científicas de Objetos Arqueológicos Metálicos. In: GRANATO, Marcus (org.). *Museologia e Patrimônio - Coleção MAST: 30 anos de pesquisa - volume 1*. Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCTI. Rio de Janeiro. 2015. p. 269-298. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf#page=277. Acesso em 05 de agosto 2020.
- CEREZER, Jedson Francisco. *Cerâmica Guarani: Manual de Experimentação Arqueológica*. 1. ed. Erechim: Habilis, 2011.
- CEREZER, Jedson Francisco. *Tecnologia e Simbolismo na Expansão da Horticultura no Sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Culturas), Universidade de Trás-os-Montes-Alta Douro, Vila Real, Portugal, 2017.
- CARBONERA, Mirian. *A ocupação pré-colonial no alto rio Uruguai/SC: contatos culturais na Volta do Uvã*. Tese (Doutorado em Arqueologia Brasileira) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-07072015-154149/pt-br.php>. Acesso em 23 de agosto 2020.
- COSTA, Carlos. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica. *REVISTA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA*, v. 11. Campinas, 2017. p. 215-253 Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/issue/view/1476>. Acesso em 23 de agosto 2020.
- COSTA, Carlos Alberto Santos Costa. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. *Habitus*, v. 17, n. 1. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2019. p. 101-124. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7088>. Acesso em 25 de agosto 2020.
- CURY, Marília Xavier. Lições indígenas para a descolonização dos museus: processos comunicacionais em discussão. *Cadernos CIMEAC*, v. 7, .n. 1, 2017. Uberaba, Minas Gerais. p. 184-211.

- ICOM. *Código de Ética do ICOM para Museus*. Paris. 2009. Disponível em: http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf. Acesso em 25 de agosto 2020.
- IPHAN. *Instrução Normativa (IN) IPHAN nº 001 de 25 de março de 2015*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_D_E_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em 23 de agosto 2020.
- IPHAN. *Portaria IPHAN 195 de 18 de maio de 2016*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_195_de_18_de_maio_2016.pdf. Acesso em 23 de agosto 2020.
- IPHAN. *Portaria IPHAN 196 de 18 de maio de 2016*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_maio_2016.pdf. Acesso em 23 de agosto 2020.
- LADKIN, Nicola. Gestão do acervo. In: BOYLAN, Patrick (Org.) *Como gerir um museu: manual prático*. Paris: ICOM, 2004. p. 17-32. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184713>. Acesso em 25 de agosto 2020.
- LAIA, Paulo Otávio. Percursos e Fronteiras: os labirintos entre a proteção legal e a salvaguarda institucional das coleções arqueológicas no Brasil. *REVISTA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA*, v. 11. Campinas, 2017. p. 166-185. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/issue/view/1476>. Acesso em 25 de agosto 2020.
- LEAL, Ana Paula da Rosa. *Arqueologia, Museologia e Conservação: Documentação e Gerenciamento da Coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/ri/2676>. Acesso em 23 de agosto 2020.
- MAST. *Política de Aquisição e Descarte do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST*. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: http://portal.mast.br/images/pdf/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf. Acesso em 23 de agosto 2020.
- MHNJB. *Política de Acervos: aquisição, descarte e circulação do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG*. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: <https://www.ufmg.br/mhnjb/wp-content/uploads/2018/09/PoliticaAcervos.pdf>. Acesso em 23 de agosto 2020.
- MHSC. *Política de Aquisição e Descarte de Acervos do Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC*. Florianópolis. 2015. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/mhsc/downloads-5/2433-politica-de-aquisicao-e-descartes-do-mhsc>. Acesso em 23 de agosto 2020.
- PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação Museológica e Gestão de Acervo*. Florianópolis: FCC Edições, 2014. Disponível em: http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_175328Documentacao_Museologica_Gestao_Acervo.pdf. Acesso em 25 de agosto 2020.
- SALADINO, Alejandra. IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama. *Revista de Arqueologia*, 27(1). 2014. p. 40-58.
- SALADINO, Alejandra, CAMPOS, Luana, MOTTA, Lia; SORGINE, Juliana. As pós-graduações do IPHAN como termômetro da gestão do patrimônio arqueológico. *Revista Arqueologia Pública*, 13(2). Campinas, 2019. p. 146-168. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8657360>. Acesso em 25 de agosto 2020.
- SALLÉS, Jaime Mujica; TOCCHETTO, Fernanda Bordin; ALVES, Clarice Da Silva; DODE, Susana Dos Santos; SOUZA, Taciane Silveira; SILVA, Fabio Barreto Da; DUTRA, Márcia Regina Ribeiro; MEDEIROS, Eleri James Borges; DOMINGUES, Bibiana Santos. Protocolo de ingresso de acervos arqueológicos em instituições de guarda e pesquisa: uma proposta do LÂMINA/UFPel e do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, RS. *REVISTA DE*

- ARQUEOLOGIA PÚBLICA , v. 11. Campinas, 2017. p. 6-24. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/issue/view/1476>. Acesso em 05 de abril 2020.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além das linhas abissais do pensamento: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud. - CEBRAP* no.79 São Paulo, Nov. 2007. p.71-94. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004. Acesso em 25 de agosto 2020.
- SPHAN. Portaria SPHAN 007 de 01 de dezembro de 1988. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf. Acesso em 23 de agosto 2020.
- TOLEDO, Grasiela Tebaldi. *Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-05062018-085208/pt-br.php>. Acesso em 23 de agosto 2020.
- VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett. *Artefatos em ferro de origem terrestre: um estudo de caso sobre a interface entre pesquisa arqueológica e conservação no sítio Charqueada Santa Bárbara, Pelotas, RS, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade Federal de Sergipe. 2014. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/3212/1/MARA_LUCIA_CARRETT_VASCONCELOS.pdf. Acesso em 23 de agosto 2020.
- VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett; ALCÂNTARA, Tainã Moura. Com quantas caixas se faz uma reserva técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos no MAE/UFBA. *REVISTA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA* , v. 11. Campinas, 2017. p. 153-165. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/issue/view/1476>. Acesso em 25 de agosto 2020.
- WICHES, Camila Azevedo de Moraes. *Patrimônio Arqueológico paulista: proposições e provocações museológicas*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-19062012-133008/pt-br.php>. Acesso em 25 de agosto 2020.
- WICHES, Camila Azevedo de Moraes. Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira. In.: BRAGA, Eneida; COSTA, Ana Lourdes de Aguiar (orgs.) *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Brasília: IBRAM, 2018. p.123-138. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/anais-200-anos-de-museus-no-brasil-desafios-e-perspectivas/>. Acesso em 25 de agosto 2020.